

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO E METODOLOGIA DO CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO CIMMVI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS VALE DO ITAPECERICA

Aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, nas dependências do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica - CIMMVI, na Rua Irmã Marta Morato, nº 241, Bairro Padre Libério, Divinópolis (MG), em atendimento à convocação constante da Ata da AGE realizada no dia 01/11/2024 assinada pelos prefeitos participantes, deu-se início às 09:00 horas a reunião em segunda convocação, com a presença dos seguintes membros: Presidente do CIMMVI e Prefeito de Carmo do Cajuru - Edson de Souza Vilela; Prefeito de São Gonçalo do Pará - Sr. Oswaldo de Souza Maia, representado por Procuração pelo Senhor Cristiano Eduardo de Castro Borba - Secretário de Meio Ambiente; Secretário Municipal de Meio Ambiente de Lagoa da Prata - Sr. Anderson Rodrigues Andrade, representando o Prefeito Municipal de Lagoa da Prata; Prefeito de Pedra do Indaiá, Sr. Mateus Marciano dos Santos; Marcelo Augusto Santos, Diretor Executivo do CIMMVI; Dr. Eduardo Araújo Freitas, Assessor Jurídico do CIMMVI. O Presidente do CIMMVI, Edson de Souza Vilela, deu início à sessão, agradecendo a presença e o apoio de todos, passando a palavra ao Diretor Executivo do CIMMVI, que apresentou a proposta de orçamento e a metodologia de rateio das despesas administrativas e de licenciamento ambiental, destacando na última assembleia do dia 01/11/2024 houve aprovação dos parâmetros metodológicos. O orçamento total do consórcio foi fixado em R\$ 677.700,00 (seiscentos e setenta e sete mil e setecentos reais), com destinação de R\$ 433.000,00 (quatrocentos e trinta e três mil reais) para as despesas administrativas, incluindo a central de compras e o desenvolvimento de projetos, e de R\$ 244.700,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e setecentos reais) para o licenciamento ambiental. Foi deliberado que as receitas destinadas ao licenciamento ambiental serão formalizadas por meio de contrato de programa, com os custos rateados entre os municípios aderentes conforme a série histórica de demandas dos últimos quatro anos (dados da SEMAD). As despesas administrativas serão rateadas proporcionalmente ao coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), calculado de acordo com a última estimativa populacional oficialmente reconhecida para cada município. Após esclarecimentos e discussão, os participantes decidiram por unanimidade: Aprovado que o rateio das despesas administrativas será baseado no coeficiente do FPM dos municípios, conforme metodologia apresentada; Aprovado que o rateio do programa de licenciamento ambiental será por demanda dos últimos 4 anos e de acordo com o número de municípios participantes. O Presidente do CIMMVI recomendou o envio da ata e ofício para as prefeituras municipais consorciadas, a fim de aprovarem o orçamento nas câmaras municipais e criação das dotações orçamentárias. Não havendo mais manifestações ou temas a serem discutidos, deu-se por encerrada a Assembleia. Nada mais havendo, a presente ata foi assinada por todos os prefeitos, procuradores e demais presentes.

Edson de Souza Vilela
Presidente do CIMMVI
Prefeito de Carmo do Cajuru-MG

Anderson Rodrigues Andrade
Rep. o Prefeito de Lagoa da Prata

Cristiano Eduardo de Castro Borba
Rep. Prefeito de São Gonçalo do Pará

Mateus Marciano dos Santos
Prefeito de Pedra do Indaiá

Eduardo Araújo Freitas
Assessor Jurídico do CIMMVI

Marcelo Augusto Santos
Diretor Executivo CIMMVI

